

Violência na Terra das Maravilhas: bandidos, assassinos e corsários na obra de Marco Polo

Letícia S. Ferreira
Mestranda em Sociologia - UFRGS
axthi@yahoo.com

Otávio Binato
Mestrando em Direito – UNISINOS
obinato@pop.com.br

Resumo

A Rota da Seda constituía-se numa rede de canais de comunicação entre Oriente e Ocidente, através dos quais se realizava não apenas comércio, mas também trocas culturais. Entre os viajantes ocidentais mais conhecidos está Marco Polo, mercador veneziano, que empreendeu uma viagem até a China entre 1271-1275, e ao retornar à Veneza, narrou suas experiências ao escritor Rustichello de Pisa, dando origem ao “O Livro das Maravilhas”. A presente pesquisa vale-se deste texto a fim de analisar a violência, compreendida como uma agressão que visa à extorsão de um determinado material ou à destruição de um corpo. As passagens avaliadas dizem respeito a três grupos de atores que fazem uso da violência: assassinos, ladrões e corsários. Uma análise preliminar permite entrever uma forte influência da religião cristã nas críticas de Marco Polo bem como a presença de uma influência da questão profissional, pois ele intensifica e endurece suas críticas ao relatar os bem sucedidos ataques a mercadores e cristãos.

Abstract

The Silk's Route was a net of channels of communications between Occident and Orient, though of then was made not just commerce but also cultural trade. Amongst those occidental travelers most known is Marco Polo, a trader from Venice, who made a trip to China between 1271-1275, and when he came back he told about his experiences to a writer named Rustichello from Pisa. Those conversations had originated the “Marco Polo Wonder's book”. This research is about this book in order to analyze the violence, understood as an aggression who wants extortion of some material or the destruction of a human body. The passages evaluated are about three groups of actors who made use of that violence: murderers, thieves and corsairs. A preliminary analyses lead us to a strong influence of Christian Religion in Marco Polo critics as a presence of some influence from his activity as a tradesmen, because it intensifies and strong his critics as related the well succeeded attacks to trades and Christians.

A Rota da Seda foi uma rede de vias que ligava o comércio entre Oriente e Ocidente, sendo amplamente utilizada entre os séculos II a.C. e o século XVI d.C. Ela cruzava uma série de cidades, colocando em contato diferentes populações e sociedades, que estabeleciam entre

si trocas comerciais e culturais. A Rota da seda foi assim denominada pelo estudioso alemão Ferdinand von Richthofen no século XIX devido ao produto mais expoente de comércio do oriente: as desejadas sedas chinesas. A China dominou a tecnologia da fabricação da seda durante séculos, sendo que o a criação do bicho da seda e o trato dos casulos um segredo altamente valorizado. No ocidente estes finos tecidos eram largamente utilizados pela nobreza romana, provocando inclusive a promulgação de limitações no uso da seda. O próprio clero sucumbiu à beleza destes tecidos, recebendo muitas vezes críticas pela suntuosidade nos hábitos dos altos sacerdotes. O mundo muçulmano também não foi indiferente à sedução da seda, e o próprio profeta Maomé teria se manifestado contra o uso dos finos tecidos chineses.¹

O intenso trânsito de caravanas carregadas de produtos de valor, certamente atraía o interesse de ladrões, que passavam a praticar ataques e assaltos aos comerciantes, tanto por via terrestre como pelo trecho marítimo. A violência, assim, acompanha os caminhos do comércio e está presente nas diversas sociedades. O presente artigo se deterá na obra de um dos mais conhecidos viajantes da Rota da Seda, o veneziano Marco Polo. Este mercador teria partido em direção à China através da via terrestre e retornado à sua pátria pela via marítima, redigindo o Livro das Maravilhas em 1298, na prisão. Após a realização de um breve debate teórico quanto à concepção de violência que será empregada, analisar-se-á a ocorrência desta nas sociedades com as quais ele entra em contato, a partir da visão deste viajante.

Violência e banditismo: conceitualização e apresentação ao longo do tempo

A análise das diferentes sociedades humanas apresenta ao pesquisador um denominador comum independentemente da localização do objeto no tempo e no espaço: a ocorrência de atos de violência. Abominada pela sociedade contemporânea, a violência é concebida como o âmbito de anormalidade, do anti-social, do condenável. Contudo, ela continua presente, imiscuída nas mais diversas relações e situações cotidianas, bem como em fenômenos de grande repercussão como guerras e genocídios. Assim, é possível partir-se do pressuposto de que a violência seja um elemento constituinte e inerente da vida social, argumento defendido por vários autores, entre os quais Freud em “O mal-estar na civilização”, obra na qual defende que, apesar do homem ter abdicado de sua liberdade (inclusive de satisfazer seus desejos através da violência), a agressividade permanecia

¹ BOLNOIS, Luce. **A Rota da Seda**. Lisboa: Editora Europa-América. 1ª. Edição, 1999.

presente na forma de pulsões de morte, sendo, muitas vezes, externalizada por atitudes sádicas ou masoquistas, bem como canalizadas contra o estrangeiro, o “outro”.²

A violência pode emergir de diferentes formas: concretamente através de um ato físico, ou a partir da utilização da violência simbólica, abordada na obra de Pierre Bourdieu.³ O medo e a utilização de diversas formas de tortura psicológica ao longo da história são fenômenos recorrentes; todavia a análise do presente artigo recairá sobre a violência física. Assim, para a finalidade deste estudo, será aplicado o conceito de violência empregado por Dinzelbacher, que expõe que “violencia es o empleo de la fuerza física contra cuerpos humanos, com el objeto de infligirles dolor o de destruirlos.”⁴ Assim, a violência está imbuída da intenção de subjugar, ferir, dominar o outro.

A compreensão sobre o que pode ser considerado um ato violento e em qual grau de intensidade este pode ser efetuado, varia conforme o período histórico observado, assim como nas diferentes sociedades. Na idade média, por exemplo, ela era permitida no interior da família, sendo direito do patriarca castigar com violência sua esposa e filhos. A violência era empregada em larga escala no ensino das crianças, e sua utilização como método pedagógico era percebido como um indicativo do amor materno. Neste mesmo período eram assíduas as guerras entre senhores feudais (ocasionando inclusive tentativas de regular estes confrontos⁵), bem como o exercício de jogos e duelos violentos nos quais eventualmente os combatentes morriam. Contudo, o emprego de violência era direcionado com maior frequência à massa camponesa a fim de submetê-la ao domínio dos senhores feudais e sufocar possíveis rebeliões. Dinzelbacher aponta que “...durante la Edad Media la sociedad y el derecho no solo aceptaban el empleo de formas de violencia, sino incluso las exigian y estimulaban.”⁶

A legitimidade do emprego da violência nas diversas sociedades também variou ao longo do tempo, de acordo com a realidade social e política destas. A classe senhorial dispunha do reconhecimento quanto ao uso legítimo da violência, podendo valer-se dela a fim de defender seus domínios. Entretanto, é possível detectar a ocorrência de uma violência que não está enquadrada neste âmbito de legalidade, exercida por indivíduos que se encontram à

² FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1ª. Edição 1997, 137p.

³ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 3ª. Edição, 2000, 316 p.

⁴ DINZELBACHER, Peter. La violencia em la edad media. Reflexiones desde la perspectiva de la historia de las mentalidades. In: **Temas Medievales**, Buenos Aires, n.5, 1995, p.142.

⁵ Um exemplo é a norma conhecida como “Paz de Deus”. Dinzelbacher explica que “el movimiento de la paz de Dios, apoyado por la Iglesia durante los siglos XI y XII em Francia y Alemania, proscrbía determinados delitos y creó zonas em cuyo interior la violencia quedaba prohibida durante ciertos periodos y contra personas específicas pero, a pesar de esto, admitia enfrentamientos armados em otros dias siempre que estos se llevaran a cabo entre personas que estuviesen em condición de luchar”. *Id. Ibid.* p.152 .

⁶ *Id. Ibid.* p.144.

margem desta sociedade, que se distanciam das regras impostas e que não possuem legitimidade para o emprego de atos violentos. Os protagonistas deste tipo de violência ilegítima são os bandidos, e fontes de diferentes natureza atestam a sua presença em diversos locais e épocas.

A identificação de quem eram estes bandidos, como viviam, de que forma elaboravam suas ações, apresenta-se um desafio, uma vez que para determinados contextos e períodos históricos, as fontes escritas por elementos deste grupo são raras ou inexistentes. Porém, é possível vislumbrar algumas de suas práticas a partir do registro documental de suas vítimas, ou daqueles que temiam seus ataques. Outro recurso são fontes literárias, que muitas vezes abordavam o tema do banditismo. O bandido, desta forma, é visto a partir do olhar daquele que está inserido na sociedade, de alguém que o teme, ou o desaprova, ou simplesmente possui um imaginário construído histórico e socialmente sobre o banditismo. É, portanto, através do não reconhecimento de sua legitimidade que o bandido é, comumente, observado. Entretanto, a percepção deste fenômeno sob a ótica de um alguém que se encontra fora deste universo, pode revelar uma série de informações interessantes sobre esta sociedade, desde seus princípios de moralidade, bem como rotas de comércio e mercadorias valorizadas. Pois as ações dos bandidos contrapunham-se aos preceitos morais da sociedade e, de um modo geral, voltavam-se para a extração de um determinado recurso valorizado socialmente, cuja posse legítima não lhe é reconhecida.

Na obra “Bandidos”, Eric Hobsbawm procura mapear como se dá o banditismo social e quem são seus atores. O autor explicita que

Para a lei quem quer que pertença a um grupo de homens que atacam e roubam com violência é um bandido, desde que se apoderam de dinheiro destinado a pagamento de empregados, numa esquina da cidade, até rebeldes ou guerrilheiros organizados que não sejam reconhecidos como tal.⁷

Lopez aproxima o banditismo da guerra, afirmando que ambas são formas de violência explícita. O autor afirma que

Historicamente, o banditismo entrou pelas frestas das imoralidades sociais. Foi perseguido, na medida em que não se integrou às normas do comportamento perverso da sociedade instituída e, desse modo, foi combatido como elemento transgressor.⁸

Em seu estudo, Hobsbawm concentra-se sobre o bandido proveniente do campo, sejam camponeses, sejam cavalheiros empobrecidos. Diz o autor que

⁷ HOBBSAWM, Eric. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2ª. Ed., 1976. p.10.

⁸ LOPEZ, Luis Roberto. Violência , história e sociedade. In: **VOX XXI**. Porto Alegre , Vol 2, n. 20 (julho de 2002) p.46.

O ponto básico a respeito dos bandidos sociais é que são proscritos rurais, encarados como criminosos pelo senhor e pelo estado, mas que continuam a fazer parte da sociedade camponesa, e são considerados por sua gente como heróis, como campeões, vingadores, paladinos da Justiça, talvez até mesmo como líderes da libertação e, sempre, como homens a serem admirados, ajudados e apoiados.⁹

O autor ainda realiza uma classificação, argumentando que haveria três tipos principais de bandidos: o bandido nobre, cujo exemplo mais conhecido é Robin Hood, personifica o ideal do ladrão que corrige desigualdades, que rouba dos que possuem bens em demasia para dar aos pobres; o vingador, que é aquele cujos atos de crueldade espalham o terror, tornando-se parte essencial de sua imagem pública, como o caso de Lampião; e, por fim os haiduks, grupos de camponeses que eram expulsos de suas terras e que se transformavam em guerrilheiros organizados. Contudo, Hobsbawm, ao restringir-se ao banditismo camponês, não dá conta da amplitude deste fenômeno e da variedade de seus agentes. Os bandidos eram uma expressão da desagregação social e lutariam para reduzir o poder dominante e reverter a situação de opressão social. A tipificação construída pelo autor também parece estar imbuída de um certo idealismo quanto aos valores e às ações destes indivíduos. Entretanto, deve-se compreender o banditismo não como um fenômeno uniforme, de indivíduos que possuíam interesses homogêneos e constantes ao longo do tempo. De fato, imputar o desejo de realizar reforma social a todos os grupos de bandidos é, provavelmente, um equívoco. A afirmação de que os bandidos teriam consciência sobre sua posição e a partir desta elaborassem ações a fim de modificar, não apenas a sua situação individual, mas sim o contexto social, não deve ser generalizada, e sim percebida como uma interpretação dentro de um campo de possibilidades.¹⁰

A partir destas reflexões, este artigo procurará analisar a forma com a qual é apresentado o fenômeno do banditismo na obra de Marco Polo. Inicialmente, far-se-á uma breve apresentação do autor do “Livro das Maravilhas” e o contexto em que esta obra foi composta. Após, serão analisadas passagens da obra de Marco Polo em que este descreve situações que envolvem banditismo, ação de assassinos e de piratas. Atentar-se-á para qual o efeito que aquele episódio parece ter para seu narrador, qual juízo Marco Polo faz do episódio em questão, procurando interpretar qual o intuito do autor na apresentação dos fatos selecionados. Este artigo, assim sendo, partirá da visão de Marco Polo sobre os casos de banditismo relatados, em nenhum momento desvinculando-se do contexto sócio-histórico que

⁹ HOBBSAWM, Eric. *Op.Cit.* p. 11.

¹⁰ Para esta discussão ver GARRAFONI, Renata. **Bandidos e salteadores na Roma Antiga**. São Paulo: Anna Blume: FAPESP, 2002, 128p.

construiu tal percepção sobre os acontecimentos. Por fim, serão realizadas algumas considerações finais sobre esta manifestação de violência tal como foi apresentada na obra de Marco Polo.

A violência na obra de Marco Pólo

Marco Polo pertencia a uma família de mercadores venezianos, sendo que seu tio, também chamado Marco, possuía uma próspera casa de comércio em Constantinopla. Veneza, dada a sua importância econômica e política (a cidade transportou tropas para européias durante as cruzadas) controlava Constantinopla, desde a invasão ocorrida na quarta cruzada, na qual os venezianos surrupiaram as riquezas bizantinas e, através desta conquista, abriram os caminhos para o Norte e o Leste. Este quadro será modificado no momento em que Miguel Paleólogo retoma, com o auxílio dos genoveses, o domínio sobre Constantinopla. O estabelecimento do monopólio genovês no Mar Negro, bem como o fechamento de algumas rotas (por exemplo, a do sul do Cáucaso, convulsionado por guerras), leva os Polo a procurarem alguma alternativa a este contratempo. Assim, Nicolo e Maffeo Polo partem para Bukhara, região de comércio da seda, e que se encontra sob o domínio mongol. Na concepção ocidental, os mongóis poderiam tornar-se aliados na luta contra o Islã, e, assim, tanto o Papa quanto o rei da França enviam representantes do catolicismo, como o franciscano Jean du Carpin e Guilherme de Rubruck. É no interior desta conjuntura que os irmãos Pólo partem na direção da corte do Grã Cã.

O encontro com o Grã Cã Cublai revelou-se frutífero, e os irmãos Polo foram encarregados de trazer à corte representantes da cristandade assim como a lâmpada do Santo Sepulcro em Jerusalém. Apesar de não conseguirem cumprir a missão, dada a demora na sucessão papal, Maffeo e Niccolo regressaram à corte de Cublai levando o filho adolescente de Niccolo, Marco, o narrador do “Livro das Maravilhas”. Marco destacar-se-á no serviço de Cublai Cã, sendo seu representante em diversas missões, que, num período posterior descreverá em seu relato. Os Polo retornarão à Veneza em 1295, e segundo a descrição feita por Ramusio, um propagador da lenda de Marco Polo, os três homens desembarcaram vestindo túnicas orientais esfarrapadas, cambaleantes, falando com um acentuado sotaque tártaro, e com o forro das roupas repleto de pedras preciosas. Capturado numa guerrilha entre venezianos e genoveses, Marco Polo foi aprisionado em 1298, e passa a ditar suas aventuras

para seu companheiro de cárcere, o escritor Rustichello de Pisa. Marco Polo falece no ano de 1324, em Veneza.

O presente artigo não se propõe em abordar o debate sobre a veracidade do relato de Marco Polo ou se este viajante esteve ou não na China.¹¹ Contudo, é necessário salientar algumas questões que podem ser pertinentes para o desenvolvimento do estudo sobre esta obra. Em primeiro lugar é necessário considerar que o manuscrito original foi perdido. Portanto, o relato que chegou aos dias de hoje sofreu interferências de diversos intermediários, o que pode ocasionar equívocos de tradução. Frances Wood afirma que

Em todos os casos de transmissão de manuscritos, há o problema dos erros dos copistas, que podem ser repetidos ou confundidos ainda mais em cópias subseqüentes, e em todas as culturas escritas há uma longa tradição de tentar atingir uma precisão paleográfica. No caso dos manuscritos de Polo, os problemas são agravados pela tradução e pelos nomes próprios estrangeiros desconhecidos. Esses problemas, acrescidos do espaço de tempo entre os eventos, da compilação da obra e das primeiras versões que ainda existem, levaram a uma variação extrema no conteúdo dos 143 ou 150 manuscritos.¹²

Marco Pólo teria, assim, ditado a sua obra a um escritor proveniente de Pisa, Rustichello, que poderia ter imprimido ao relato o estilo mais impessoal que é observado por muitos autores. Pouco se sabe sobre este personagem, além de que foi autor de dois livros sobre o Rei Arthur e que viveu sob a proteção do Rei Eduardo I, sendo um desafio identificar quais suas interferências no Livro das Maravilhas. Frances Wood evidencia que acréscimos podem ter sido realizados a fim de tornar a obra mais interessante ao público da época. Entre as versões ainda existentes, a de Giovanni Battista Ramusio aborda episódios que fascinavam os ocidentais, como menções às inúmeras concubinas do Grã Cã e à decoração do palácio. Ramusio, fã entusiasta de Marco Polo que faleceu em 1557, afirmava ter se baseado na versão original, que contudo, teria se perdido. Wood expõe que

Que a versão de Ramusio, baseada num manuscrito em latim perdido e publicada mais de duzentos anos após a morte de Marco Polo, seja mais rica e mais interessante que os manuscritos anteriores que ainda existem, é preocupante. Parece ser possível que ele tenha adicionado conteúdo para tornar a obra mais interessante. [...] Ramusio provavelmente imaginava estar ajudando o seu herói ao tornar o livro mais rico e interessante.¹³

¹¹ Para esta discussão, recomenda-se a obra de Frances Wood, “Marco Polo foi à China?” Neste livro Wood constrói sua argumentação a partir de questionamentos da estrutura interna do obra de Marco Polo, como a linguagem em que é apresentada, bem como elementos externos, como, por exemplo, descrições equivocadas de algumas localidades. Também aponta que o relato de Marco Polo não descreve tradições relevantes na China, como o ato de amarrar os pés das mulheres e o uso do chá, bem como de construções como a grande muralha chinesa, que teria chamado a atenção de um viajante. WOOD, Frances. **Marco Polo foi á China?** Rio de Janeiro: Record, 1997, 192p.

¹² *Id. Ibid.* p. 55.

¹³ *Id. Ibid.* p.58.

A descrição da história do Velho da Montanha é, sem dúvida, uma passagem de destaque na obra de Marco Polo, estando posicionada logo no início do livro. O presente artigo não se deterá na apreciação de se esta passagem estava incluída na versão original, mas sim procurará realizar uma análise da forma com a qual é apresentada. O episódio em questão não foi presenciado por Marco Polo, mas teria ocorrido anos antes de sua chegada, na segunda metade do século XIII, por volta da década de sessenta. Marco afirma ter ouvido a história em diversas ocasiões, demonstrando a importância desta na tradição oriental. O protagonista é um velho chamado Aladino que teria construído suntuosas moradias e um belíssimo jardim em um vale entre duas montanhas. Marco Polo descreve a beleza deste jardim dizendo que

Havia neste vale os melhores frutos da terra. No meio do parque foram edificadas as mais suntuosas moradias e palácios que os homens já viram; eram dourados e pintados com maravilhosas cores. No centro do jardim havia uma fonte, com muitas bicas, de onde jorravam o vinho, o leite, o mel e ainda a água. Havia neste jardim as donzelas mais belas do mundo; estas sabiam tocar todos os instrumentos e cantavam como os anjos, e o Velho fazia acreditar aos seus súditos que aquele reino era o paraíso.¹⁴

Contudo, tamanho fausto era, na verdade, um embuste a fim de atrair jovens para assassinar àqueles de quem o Velho desejava vingar-se. Marco Polo, em sua exposição, apresenta a relação entre os artificios utilizados e a religião muçulmana. Marco Polo não é um religioso, e sim um leigo. Porém, sendo cristão, Polo parece, de certa forma, intrigado com aspectos das religiões com que cruza durante sua viagem. Isto pode ser notado através das diversas passagens nas quais ele descreve seu contato com povos de diferentes credos. Em relação à religião muçulmana, na passagem em questão, Marco Polo aborda detalhadamente elementos associados ao paraíso na visão dos seguidores de Maomé. O paraíso muçulmano, com suas promessas de prazeres eternos provavelmente era uma idéia que surpreendia um cristão do século XIII. Marco Polo, ao transcrever a história de Aladino, o Velho da Montanha, mostra de que forma esta figura se valia da crença na religião de Maomé para seus fins:

Nesse jardim só entravam aqueles que o velho escolhia para executores de suas vinganças, e que eram sempre jovens e destros no manejo das armas. Dava-lhes uma bebida para que adormecessem, e, quando acordavam, achavam-se no jardim, sem perceberem por onde haviam entrado. Quando os jovens acordavam e se viam naquele recinto, acreditavam, pelas coisas que lhes tinham dito, que estavam no céu. Lindas mulheres e formosas meninas estavam todo o dia com eles, tocando e cantando e satisfazendo-lhes todos os gostos e apetites. [...] Quando o Velho queria matar um grã-senhor, escolhia para assassinos moços dos mais bem parecidos. Enviava-os em digressão pelo país e dizia-lhes que matassem este homem.¹⁵

¹⁴ MARCO POLO. **O Livro das Maravilhas**. Porto Alegre: LPM, tradução de Elói Braga Júnior, 1999, p.74.

¹⁵ *Id. Ibid*, pp.74-75.

Acreditando que o Velho fosse um profeta que deveria ser obedecido, estes jovens cumpriam a missão que lhes era prescrita e, se sobreviviam, tratavam de voltar o mais rápido que pudessem para os domínios do Velho. É curioso que Marco Polo realize uma descrição tão extensa e detalhada de um ponto fundamental da crença muçulmana, a forma como se apresenta o paraíso, justamente associado a uma história de embuste. Marco Polo explicita a ingenuidade dos jovens empregados como assassinos por Aladino, quando escreve que “o Velho [...] fazia acreditar a esses montanhesez ingênuos que era um profeta. Todos acreditavam nele e na sua palavra.”¹⁶ Assim, pode-se interpretar que a descrição de uma história na qual a religião muçulmana está associada a fins violentos, na qual seu protagonista vale-se da crença para benefício próprio, talvez guarde uma crítica ao teor desta doutrina, que permite a criação de artifícios como os utilizados por Aladino. Aladino perece após um cerco realizado por Hugalú, na qual suas fontes de mantimentos são cortadas. Segundo Polo, “desde então não houve mais assassinos e acabou o terror que o Velho da Montanha semeara.”¹⁷

Em sua condição de mercador e viajante, Marco Polo estava submetido a uma série de perigos nas estradas as quais atravessava. Ao analisar a rota medieval, Jean-Paul Roux explicita que

Uma palavra a resume e a define: o perigo. Por toda a parte, no seu percurso, riscos, a incerteza do amanhã. Perigo dos homens, perigo da natureza, rigores do clima, privação. Perigos previstos, imaginados, temidos, mas aceitos; nos primeiros tempos misteriosos, desconhecidos, depois, quando se está mais bem informado pelos que retornaram, perigos avaliados, medidos, analisados, menos temidos porque se sabem mais como preservar-se. Iguais de resto dos dois lados, no Extremo-Oriente e no Ocidente, mais agudos somente no *no man's land* que os separa.¹⁸

Neto, em seu artigo “Aspectos das Viagens medievais: obstáculos e perigos”, faz um excelente apanhado das dificuldades encontradas pelos viajantes deste período durante seu percurso, enriquecendo o texto a partir do uso de vários exemplos documentados. Entre estas dificuldades estava a possibilidade do enfrentamento de situações de violência. Expõe o autor que “...esta podia aparecer sob a forma mais prosaica de ação de salteadores e de ambição dos potentados locais que, em certas ocasiões, se comportavam como ladrões comuns.”¹⁹ Marco

¹⁶ *Id.Ibid.* p. 75.

¹⁷ *Id.Ibid.* p.76.

¹⁸ ROUX, JEAN-PAUL apud NETO, Jônatas Batista. Aspectos das Viagens Medievais: obstáculos e perigos. In: **Revista de História**. São Paulo: USP, n 119, julho de 1985 a dezembro de 1988, p.179.

¹⁹ NETO, Jônatas Batista. *Op.Cit.* p. 188.

Polo apresenta a exposição à violência e os desafios pelos quais passam os mercadores em suas travessias por terras distantes, ao abordar os oito reinos da Pérsia. Ele escreve que

Neste reino há gente muito cruel e homicida e há sempre questões com ela; se não fosse pelo respeito ao seu senhor, o Tártaro do Levante, matariam todos os negociantes que andam em viagem por aquelas paragens. E, apesar da soberania dos tártaros, não deixam os do reino de praticar vilanias; se os mercadores não estivessem bem munidos com armas e flechas seriam maltratados e mortos.²⁰

A presença de ladrões e salteadores é, de fato, constante em todas as rotas e em qualquer ambiente que apresentasse a possibilidade de uma pilhagem lucrativa. Assim, as cidades também sofrem os assaltos destes indivíduos, o que pode ser constatado pela construção de muralhas e fortificações, que protegiam a população de ataques de exércitos e guerreiros que detinham o uso legítimo da força, bem como de ladrões. No capítulo dedicado à descrição da cidade de Camandi, Marco Polo afirma que “nesta planície há vários castelos e vilas fortificadas, com muralhas altas e fortes, para a defesa contra os caroanas, que são bandidos que aparecem naquele país.”²¹ A partir deste momento, passa a narrar a ação destes bandidos, que, em sua visão, utilizariam artes diabólicas para seu ataque. Marco Polo aponta que estes bandidos utilizariam de uma violência indiscriminada, que atingiria a crianças e velhos, tendo ele próprio estado em seu poder. Polo escreve que

Quando esta gente atravessa o país, dedicando-se a roubar, fazem-no com manha, com sortilégios e obras diabólicas, conseguindo que o ar fique escuro a ponto de nada se distinguir no horizonte. E conseguem que estes trevas durem uns sete dias. Conhecem perfeitamente a região. Quando têm escurecido o país, cavalgam apertados uns contra os outros, em grupos que chegam a ser de 10.000 (às vezes mais e às vezes menos), de tal modo que ficam a ocupar toda a parte que pretendem devastar, não escapando á sua triste sorte nenhuma besta, nenhum homem e nenhum objeto. Quando fazem prisioneiros, matam os velhos e levam os novos, que depois vendem como servos e escravos. [...] Misser Marco foi preso por esta gente, durante a escuridão, mas pôde fugir e refugiar-se num castelo chamado Gonosalmi.²²

Ao longo do “Livro das Maravilhas”, Marco Polo realiza uma série de elogios à administração de Cublai Cã e procura descrever elementos importantes de sua cultura, religião, exército, etc. Aborda também a aplicação da lei e, apesar de que o presente artigo não pretende focar a violência legalizada, através da aplicação de punições, é interessante observar quais são as penas exercidas sobre os ladrões. Marco Polo demonstra que havia uma discriminação entre as formas de castigo de acordo com o objeto roubado. Afirma ele que

²⁰ MARCO POLO, *Op. Cit.* p. 64.

²¹ *Id. Ibid.* p. 66.

²² *Id. Ibid.* pp. 66- 67.

Aplicam a justiça do seguinte modo: quando algum homem rouba um objeto de pouco valor, pelo qual não mereça ser morto, dão-lhe sete vergastadas, ou 17, ou 27, ou 37, ou 47, até 107, segundo o valor do roubo. Se roubam um cavalo, são condenados a ser cortados pelo meio. Se o ladrão tem com que pagar, paga nove vezes o valor do objeto roubado e então é deixado em paz.²³

A descrição de Marco Polo não reflete surpresa quanto à violência aplicada contra os ladrões, que incluía a pena de morte. A violência física para o castigo daquele que rouba era um expediente comumente utilizado a fim de coibir esta prática. O roubo de cavalos, no Oriente, era um crime considerado grave, dada a escassez deste recurso nesta região. De fato, Marco Polo, como cristão, estava habituado a um certo grau de violência. Dinzelbacher esclarece que “...Indudablemente, durante toda la Edad Media, el cristianismo representó para muchos una religión combativa de naturaleza intolerante.”²⁴ Isto pode ser percebido inclusive pelos ideais bélicos que estimularam a proposta das cruzadas. Assim sendo, a percepção de Marco Polo sobre a lei tártara não revela nem surpresa nem desacordo.

É necessário salientar que muitas vezes, o que seria considerado um roubo no ocidente, para determinadas populações era um ato legítimo. Assim, em algumas situações, Marco Polo realiza sua descrição procurando salientar que os indivíduos de uma certa cidade tomam os pertences do viajante, acreditando ser um ato legítimo. Ao referir-se à cidade de Ormuz, Marco Polo escreve que “é uma cidade muito comercial. [...] Quando um mercador estrangeiro morre ali, o rei apodera-se de todos os seus haveres”.²⁵ Além dos costumes, a própria religião pode sustentar práticas que seriam tomadas como roubos no ocidente, mas que para as populações que as exercem, são justificáveis. No capítulo em que narra os costumes da cidade de Tauris, Marco Polo faz uma dura crítica aos cidadãos, que são sarracenos. Comenta ele que

Os sarracenos de Tauris são maus e desleais; a lei que lhes foi dada pelo profeta Maomé manda-os que façam todo o dano que puderem aos cristãos e a todos que não tenham a sua fé e diz-lhes que roubá-los não será pecado. Por este motivo, fariam coisas terríveis se o governo não proibisse que eles as fizessem. Todos os sarracenos do mundo têm e respeitam esta lei.²⁶

Assim, a crítica de Marco Polo extrapola a violência ou o ato do roubo em si, mas direciona-se, em grande parte à religião muçulmana, que permite e até mesmo estimula os assaltos aos cristãos. Denota-se a questão da religiosidade que marca o argumento de Polo quando este se refere a esta prática enquanto pecado, uma vez que aos olhos ocidentais, além

²³ *Id. Ibid.* p.105.

²⁴ DINZELBACHER, Peter, *Op.Cit.* p. 160.

²⁵ MARCO POLO, *Op.Cit.* p. 70.

²⁶ *Id. Ibid.* p.61.

de ilegal e ilegítima, era realizada contra os cristãos. Ele repete o termo “pecado” na descrição deste tipo de ação, ao narrar o costume observado no reino de Heli, que tomam as mercadorias dos comerciantes que optaram por aventurarem-se no mar e precisaram aportar na cidade. Marco Polo afirma que

Se alguma nau aborda a estas povoações, sem se lhe conhecer intento definido, imediatamente a seqüestram e lhe apreendem as mercadorias dizendo:

—Seguíeis para outras paragens e Deus vos enviou para nós, e por isso vos tiramos as coisas que levais.

E, sem pensar que cometem um pecado, apoderam-se então do carregamento e o guardam. E assim acontece em toda esta parte da Índia.²⁷

Através desta passagem é possível notar que esta prática era adotada por diversos povos, distanciados geográfica e culturalmente, e que este ato era justificado pela religião. Em sua descrição, Marco Polo torna claro sua posição frente a tais atitudes, considerando que a tomada das naus pelos nativos é um seqüestro, e que as mercadorias são apreendidas, provavelmente estando imbuída nesta afirmação o caráter ilegítimo de tal ato. Os princípios religiosos fundamentam a compreensão daquilo que é legítimo ou não, e, possivelmente, em muitas sociedades, estabelecem o que é legal ou não. A avaliação do relato de Marco Polo induz a reflexão de que de fato de que este não se preocupa em procurar compreender que tais práticas são moralmente aprovadas em determinados contextos e locais. Isto se verifica, provavelmente, por não haver, neste período histórico, a construção da idéia de relativização na compreensão das diferentes sociedades. A visão de Marco Polo é a de um cristão ocidental, portanto alguém que detém a verdade, e que não se posiciona de forma indiferente a práticas que contrariam os interesses de mercadores cristãos, grupo no qual se incluía.

Outra forma de violência a qual Marco Polo faz referência é a pirataria. Desde a Antigüidade é possível observar a ação de piratas, sendo nesta época as regiões da Lícia e da Cilícia importantes redutos destes grupos. A pirataria consistia em uma ação perpetrada em via marítima, na qual navios, em geral mercantis, eram apresados e tinham sua carga roubada. A figura do pirata, na visão ocidental, está comumente associada a atos de crueldade, sendo um personagem assiduamente retratado na literatura e cinema. Contudo, a pirataria não se restringe ao ocidente, encontrando-se em qualquer local no qual se realize comércio marítimo.

Marco Polo descreve a ação destes agentes no capítulo em que se dedica ao relato da Província de Cuzurate, localizada próxima ao reino de Melibar. Narra ele que

Daqui saem, todos os anos, cerca de cem baixeis, que tomam e roubam quantos navios encontrarem, pois são piratas do mar. Estes corsários espiam os mercadores. Para isso põem

²⁷ *Id. Ibid.* p. 237.

os seus baixéis a cinco milhas, pelo mar adentro. E quando observam uma nau ou navio, fazem sinal de uns para os outros e desta maneira não há nau que lhes escape.²⁸

Assim, a ação destes piratas mostra-se um ato planejado, que demanda um determinado tipo de organização. Os mercadores e seus navios são observados, provavelmente avaliando-se o número de tripulantes, a natureza do carregamento bem como a quantidade deste. A pirataria, muitas vezes era praticada por grupos isolados da sociedade; todavia, é necessário ressaltar que diversas comunidades sobreviviam através desta prática. Em determinados locais a pirataria era tolerada e até mesmo incentivada pelos governantes locais. Marco Polo relata um exemplo do estabelecimento de um pacto entre o rei de Tana e um grupo de piratas, criticando duramente tal acordo

Ainda vos direi outro mau costume desta região. Ouvistes já que saem daqui os corsários que fazem danos nos mares. Sabei agora que estão de acordo com o seu rei, tendo fechado com ele o seguinte contrato: os corsários obrigam-se a ceder-lhe todos os cavalos que roubam. E roubam-nos amiúde, porque, como já vos contei, faz-se com eles grande comércio nas Índias, e poucas são as naus que não levam cavalos para vender. Por isso, o rei tem um pacto com os corsários; fica ele com os cavalos e guardam aqueles o ouro, a prata e as pedras finas. É uma feia ação, indigna de um rei.²⁹

Assim, Marco Polo não se refere à pirataria de forma a compreendê-la como uma forma de sobrevivência legítima, mas sim como um mau costume. Possivelmente, na descrição desta passagem o que mais lhe cause surpresa e repúdio não seja o ato do roubo, mas a associação de um rei com estes bandidos. O estabelecimento de um pacto com bandidos em prol do lucro material, é, aos olhos de Marco Polo, uma atitude vil, que não se coaduna à figura de um governante. Uma vez que estes ataques eram dirigidos, em geral, contra mercadores, grupo do qual Marco Polo fazia parte, sua crítica torna-se mais feroz. Os comerciantes, de um modo geral, estavam habituados com estes assaltos de piratas, e muitos procuravam precaver-se contra tal possibilidade. Para tanto, poderiam optar por se armarem, ou até mesmo contratar serviços especializados. Marco Polo expõe que

Mas os mercadores, que conhecem as artimanhas destes corsários e prevêm os encontros, preparam-se também e vão tão bem armados que não têm medo deles. Defendem-se com bravura e causam-lhes, por vezes, grande prejuízo. Isto não evita que os piratas apressem algumas naus e, quando caem em suas mãos, ficam com elas e com os carregamentos; mas não fazem mal aos homens, antes os deixam em liberdade, dizendo-lhes:

—Ides arranjar haveres de novo, porque assim o acaso os trará outra vez as nossas mãos.³⁰

²⁸ *Id. Ibid.* p. 238.

²⁹ *Id. Ibid.* p. 240.

³⁰ *Id. Ibid.* p. 238.

Assim, muitas vezes estes bandidos encontram resistência dos mercadores, que, armados, se dispõem a lutar para proteger os carregamentos. Fato curioso é o cuidado em preservar a vida de suas vítimas, a fim de que elas lhes fossem úteis no futuro. A imagem do pirata no ocidente está vinculada à noção de crueldade, violência e assassinato. Entretanto, a descrição de Marco Polo um grupo que realiza um ataque organizado e que possui a preocupação de não esgotar suas fontes. Para Marco Polo, todavia, o roubo já é um ato suficiente para atribuir-lhes um caráter de vilania e perversidade. Em seus escritos não há menção a castigos físicos; contudo, estes precavidos bandidos agiam sobre o corpo de seus capturados a fim de revistá-los, conferindo se os comerciantes não possuíam esconderijos nos trajes a fim de ocultar alguma jóia ou relíquia. Marco Polo, ao referir-se aos piratas de Cuzurate, explica que

São os piores corsários do mundo. São tão perversos como nunca se viu. Quando aprisionam um mercador, dão-lhe a beber água do mar com tamarga e assim lhe causam cólicas muito fortes.

E fazem isso pois pode acontecer que os mercadores tivessem engolido alguma pérola ou pedra fina. Porque dizem que, quando eles se vêem em perigo, engolem as pérolas e as pedras finas para que não lhas encontrem e por isso lhes dão essa bebida.³¹

Esta passagem corrobora o apresentado até então, demonstrando que a ação do bandido está direcionada à obtenção das mercadorias, não havendo a prática de assassinatos ou uma violência gratuita. Os piratas conheciam o hábito dos comerciantes de engolir as mercadorias a fim de protegê-las, e, por este motivo, valiam-se do expediente descrito com o intuito de que os capturados expelissessem qualquer jóia ou moeda ingerida. A análise do relato não demonstra a intenção destes ladrões em causar dor ou sofrimento por si só, mas sim o desejo de pilhar todo objeto de valor que for possível. Todavia, Marco Polo os classifica como perversos, como os piores piratas de todo o mundo. É necessário compreender que na visão de Marco Polo, provavelmente esta perversidade está relacionada à implacabilidade e à experiência destes ladrões, que encetavam ataques planejados, estabeleciam métodos de comunicação a fim de encurralar e não permitir que sua presa escapasse, e utilizavam formas de revista bastante invasivas para que os mercadores não os ludibriassem. Mais do que a violência dos ataques, parece ser sua precisão e o fato de atingir comerciantes cristãos o que irrita a Marco Polo. Dada a passagem acima citada, na qual os piratas libertam os mercadores aprisionados a fim de que estes retornem e acabem capturados novamente, é possível supor que o assassinato era evitado para que não se esgotasse a fonte de recursos. A pirataria era,

³¹ *Id. Ibid.* pp. 238-239.

então, uma forma de violência importante e freqüente, já que Polo dedica várias passagens na descrição desta ação. Contudo, esta se caracterizava pela presença de uma certa organização, e pela previsão demonstrada na atitude de poupar a vida dos mercadores seqüestrados. Segundo o relato de Marco Polo, tal prática se dava não por sentimentos de piedade, mas pela esperança de que os navios carregados de riquezas lhes caíssem nas mãos novamente.

Considerações Finais

Este estudo procurou realizar uma análise sobre as formas de violência retratadas na obra de Marco Polo, verificando, a partir de seu relato, a ação de indivíduos que não possuem legitimação social para o uso da violência. A avaliação debruçou-se sobre a descrição feita por Marco Polo, atentando para os episódios de violência narrados, a extensão do espaço dedicado a este tema, a forma de violência narrada, no intuito de realizar um exercício de indução sobre a forma com a qual Marco Polo compreendia este fenômeno, considerando seu contexto histórico e social.

Marco Polo se detém em três formas principais de violência ilegítimas: a presença de assassinos, o banditismo e a pirataria. Ele dedica a estes temas um número expressivo de linhas, procurando descrever detalhadamente a ação destes indivíduos dos quais o próprio narrador foi vítima. Dada a sua proveniência ocidental e sua crença cristã, o relato de Marco Polo está imbuído de críticas, algumas vezes latentes, outras explícitas, à religião muçulmana, seguida ou utilizada para seus fins, por muitos bandidos segundo seus escritos. Outra questão relevante é que a dura crítica que Marco Polo faz a estes ladrões em algumas passagens, está relacionada a seu ofício de mercador, alvo preferido dos ataques de salteadores.

O relato de Marco Polo oferece algumas pistas sobre o que desperta a curiosidade e interesse aos olhos ocidentais em matéria de violência: a longa descrição do assassino que se valia da crença muçulmana para cometer atos de vingança sugere a fascinação que produzia o paraíso prometido pelo profeta Maomé. As diversas passagens nas quais aborda a ação de corsários, na qual expõe as estratégias utilizadas por estes em seus ataques, parece demonstrar uma certa surpresa com a eficiência destes atos. Os bandidos desta região ainda estão vinculados, para Marco Polo a uma idéia de exotismo e bruxaria, dado sua descrição do uso de forças diabólicas que escureceriam o dia para confundir suas vítimas.

Assim, mais do que verificar como se dava a violência nos locais visitados por Marco Polo, o artigo centrou-se sobre a visão deste a partir dos episódios narrados no “Livro das

Maravilhas”. A violência, de fato, é um fenômeno disseminado pelas diferentes sociedades, nos diferentes períodos históricos. Elemento constitutivo da sociedade, a percepção sobre os atos concebidos como violência é variável de acordo com cada época e local. A obra de Marco Polo possibilita a apreensão da visão de um ocidental sobre as formas de violência adotadas nas sociedades orientais, permitindo conhecer um pouco sobre a percepção ocidente em relação ao banditismo, bem como a forma como esta prática se dava. É possível, também, refletir sobre os atos destes grupos que raramente deixaram fontes escritas, e que, sem dúvida participavam ativamente do cotidiano das diferentes sociedades ao longo do tempo.

Referências Bibliográficas

- BOLNOIS, Luce. **A Rota da Seda**. Lisboa: Editora Europa-América, 1º. Edição 1999, 356 p.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 3ª. Edição, 2000, 316 p.
- DINZELBACHER, Peter. La violencia em la edad media. Reflexiones desde la perspectiva de la historia de las mentalidades. In: **Temas Medievales**, Buenos Aires, n. 5, 1995, p. 141-162.
- FREUD, Sigmund. **O Mal-estar na Civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1ª. Edição 1997, 137p.
- GARRAFFONI, Renata. **Bandidos e salteadores na Roma Antiga**. São Paulo: Anna Blume: FAPESP, 2002, 128 p.

HOBBSAWM, E. J. **Bandidos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

LOPEZ, Luiz Roberto. Violência, história e sociedade. In: **Vox XXI**. Porto Alegre Vol. 2, n. 20 (jul. 2002), p. 44-47

MARCO POLO. **O Livro das Maravilhas**. Porto Alegre: LPM , tradução de Elói Braga Júnior, 1999, 296 p.

NETO, Jonatas Batista. Aspectos das Viagens Medievais: obstáculos e perigos. In: **Revista de História**. São Paulo: USP, n. 119, julho de 1985 a dezembro de 1988, p. 179-197.

WOOD, Frances. **Marco Pólo foi á China?** Rio de Janeiro: Record, 1997, 192p.